

A cartografia portuguesa como elemento fundante de Brasília: a memória da pesquisa ressignificando o discurso do espaço preexistente da capital

Portuguese cartography as a foundational element of Brasilia city: re-signifying the discourse of the pre-existing space of the capital through the research memory

Tony Marcelo Gomes de Oliveira

Secretaria de Educação do Distrito Federal
tonymargoli@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3176-309X>

Valdir Adilson Steinke

Departamento de Geografia da Universidade de Brasília
valdirsteinke@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8738-6975>

António Avelino Batista Vieira

Departamento de Geografia da Universidade do Minho
vieira@geografia.uminho.pt
<https://orcid.org/0000-0001-6807-1153>

Sabrina Steinke

Profa. Substituta UNIPAMPA-Campus São Borja
steinkesabrina@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6024-0274>

Artigo recebido a 02 de janeiro de 2023 e aprovado a 30 de junho de 2023

Resumo

Este trabalho parte da proposição da ressignificação memorial referente ao contexto histórico formador da ideia e produção da cidade capital do Brasil, Brasília. O objetivo foi indicar a riqueza temporal que induziu a ideia de transferência da capital brasileira, deixando o litoral mercantilista em direção ao interior do território, reconhecendo a origem e a evolução dos estudos cartográficos como um dos elementos basilares e fundamentais para o conhecimento espacial e geográfico do Centro-Oeste brasileiro, tendo como justificativas principais a defesa e a ocupação territorial. Também foi objetivo do estudo interpretar, na análise dos fatos, a participação estratégica do Marquês de Pombal, no século XVIII, que possuía uma íntima ligação com os cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso e Tosi Colombina, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os mapas pioneiros da capitania de Goiás, sítio que sediou a construção de Brasília mais de 200 anos após a inspiração estratégica da Corte portuguesa em reconhecer e indicar a transferência da capital do Brasil para o interior do território. Assim, o artigo, no seu contexto, propõe contribuir para o debate referente à geohistória da cidade de Brasília, ressaltando a elasticidade do campo temporal e espacial que possibilitou a materialização da cidade modernista, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1990.

Palavras-chave: Brasil, Portugal, Mapeamento Histórico, Brasília.

Abstract

This work starts from the proposition of the memorial resignification referring to the historical context that formed the idea and production of the capital city of Brazil, Brasília. The objective was to indicate the temporal richness that induced the idea of transferring the Brazilian capital, leaving the mercantilist coast towards the interior of the territory, recognizing the origin and evolution of cartographic studies as one of the basic and fundamental elements for spatial and geographic knowledge of the Brazilian Center-West, having as main justifications the defense and the territorial occupation. It was also the objective of the study to interpret, in the analysis of the facts, the strategic participation of the Marquês de Pombal, in the 18th century, who had

an intimate connection with the cartographers Ângelo dos Santos Cardoso and Tosi Colombina, who were directly responsible for researching and producing the pioneering maps of the captaincy of Goiás, site that hosted the construction of Brasília more than 200 years after the strategic inspiration of the Portuguese court in recognizing and indicating the transfer of the capital of Brazil to the interior of the territory. Thus, the article in its context, proposes to contribute to the debate regarding the geohistory of the city of Brasília, highlighting the elasticity of the temporal and spatial field that made possible the materialization of the modernist city, listed as a Cultural Heritage of Humanity by the United Nations Organization for the Education, Science and Culture (UNESCO) in 1990.

Keywords: Brazil, Portugal, Historical Mapping, Brasília.

1. Introdução

Inaugurada em 1960, Brasília foi concebida para ser uma obra de Arte Modernista a céu aberto. O Plano Piloto é um exemplo fiel da aplicação do urbanismo moderno. O traçado original e a organização da cidade em quatro escalas — monumental, residencial, gregária e bucólica —, por si só, fazem de Brasília uma cidade única, conferindo-lhe relevância na longínqua história do urbanismo. Além de inovador,

Seu urbanismo traduz uma referência ética: o princípio da supremacia do interesse público sobre os interesses individuais, que é representado pela predominância das generosas áreas verdes e livres sobre os espaços privados e edificados. Portanto, as áreas verdes fazem parte do plano urbanístico, têm função ambiental e de lazer e nos ensinam a valorizar o que é público e das futuras gerações...”. (Ramos, 2017, p. 225)

Reconhecida em todo o mundo como exercício do modernismo urbano, pelas inovações de seu conjunto urbanístico e arquitetônico, esta cidade

Foi o primeiro bem contemporâneo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1990, pois até àquele momento somente bens seculares ingressavam na lista. Outra inovação: Brasília é a única cidade do século XX tombada pelo IPHAN — Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. E mais: está protegida por um tombamento de caráter urbanístico, diferente e mais flexível do que o tombamento arquitetônico usual. A área sob proteção abrange 112,25 km², a mais extensa do mundo enquanto sítio urbano tombado...”. (Ramos, 2017, p. 226)

O contexto formador da cidade de Brasília a insere como a maior expressão da modernidade e representante matriz da genialidade humana para o planejamento de cidades, permitindo ressignificar e dar suporte à amplitude histórica, associada a totalidade geográfica.

Para interligar os fluxos iniciais da cidade às dinâmicas e fluxos internacionais,

Holston recupera Le Corbusier ao demarcar o zoneamento modernista (tipologias de atividades e de forma de construção) a partir da consideração de que o planejamento urbano define-se por meio de quatro funções básicas, premissas do urbanismo modernista — “as chaves para o planejamento urbano estão nas quatro funções: moradia, trabalho, lazer (nas horas livres) e circulação” (Le Corbusier, 1957 [1941]: art.77).

A última função “circulação”, estabelece uma comunicação proveitosa entre as outras três. (Le Corbusier, 1957, [1941] *apud* Oliveira, 2007, p. 42)

Reconhecidamente, Brasília é um invento singular, original e único, um desafio na apresentação de uma nova proposta de viver. Carrega nela razões que diferenciam a cidade das demais, legitimando seu reconhecimento e tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O urbanista Lúcio Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer participaram do Movimento Modernista brasileiro e conceberam a cidade com características peculiares e excepcionais, registro de um importante momento histórico da arte mundial. Para referendar a importância da cidade enquanto espaço tombado, a filha de Lúcio Costa, fez questão de registrar que

a coisa mais importante de Brasília é o simples fato de ela existir. E digo eu: preservar a concepção original do Plano Piloto não é favor

nenhum, é um mínimo de respeito ao testemunho vivo da incrível realização da nação brasileira que Brasília significa [...]. (Costa, 2017, p. 102)

É salutar perceber que, desde a sua concepção e gestação, Brasília resulta de um projeto político marcado, sobretudo, pela intervenção do Estado, que trouxe em seu bojo a utopia do desenvolvimento e da modernidade. Todavia, Brasília é, acima de tudo, uma cidade para uso das pessoas comuns que nela trabalham, circulam, habitam e se confrontam, sendo então produto direto da ação humana e representante da história de seu tempo.

É interessante a percepção referente à contextualização memorial da cidade e sua importância, reconhecida na pesquisa como ‘representante da história de seu tempo’, porém é notória a carência de fatos empíricos complementares e autenticadores, a fim de nutrir e dar robustez científica à história oficial dessa importante cidade, capital do Brasil e para todo o mundo, superando personificações e interesses, mitos e subjetividades em seu contexto explicativo temporal.

Assim, é fundamental para a proposta do artigo trazer à tona a participação na amplitude histórica da cidade, os geógrafos e cartógrafos, o português Ângelo dos Santos Cardoso e o italiano Tosi Colombina, considerados “criadores” da cartografia do Brasil Central e do Mapa da Capitania de Goiás, sítio que recebeu e assentou a cidade de Brasília. Cita-se ainda Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, estadista, Primeiro-Ministro e reformador de Portugal, que, entre 1750-1777, através de suas reformas, visando reconstruir e desenvolver Portugal, intensificou a pesquisa nas terras coloniais, com o intuito de tomar possessões e garantir riquezas para a manutenção da Coroa.

Dessa forma, foi objetivo deste estudo indicar a riqueza temporal do assunto e propor amplitude histórica à criação da cidade de Brasília. Também se apresenta como objetivo do estudo interpretar, na análise dos fatos, a estratégica participação do Marquês de Pombal já no século XVIII, por sua ligação com os cartógrafos mencionados, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os primeiros mapas da Capitania de Goiás. Reconhece-se assim que, com o auxílio do método geográfico de pesquisa em campo e da evolução dos estudos cartográficos, foi possível acolher elementos científicos basilares e fundamentais

para o conhecimento espacial (geográfico) do Centro-Oeste brasileiro e do objeto do artigo, a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá (BHLP) no Distrito Federal.

Como hipóteses norteadoras, partimos da premissa de que o ato estratégico político de séculos atrás, conduzido pela Coroa portuguesa, na figura do Marquês de Pombal, com o intuito de pesquisar, conhecer e apropriar do campo do Centro Oeste brasileiro, foi o fluxo inspirador para a condução da concepção em transferir a capital brasileira para o interior. Procuramos através desta reflexão contribuir para o contexto da geohistória da criação da cidade de Brasília, ampliando seu referencial histórico científico, enquanto totalidade espacial.

Também partimos, como hipótese de trabalho, da premissa de que é necessário perceber que a cartografia desenvolvida no Centro-Oeste do país foi o elemento geográfico científico responsável por iniciar na região o conhecimento real e empírico da paisagem. Realça-se assim, o pioneirismo da pesquisa em campo, sendo objeto de referência para o reconhecimento e análise local, que possibilita muito tempo depois, a implantação da moderna capital, Brasília, interligando todo o país a região central do Brasil, que até então tinha pouquíssima representatividade para a nação.

É perceptível, na interpretação da história oficial da cidade, a carência científica, agudizada pelo fato da exacerbação da personificação de políticos, em detrimento dos fatos e fenômenos contribuidores vindos do Velho Mundo, por via da Revolução Industrial e do discurso da modernidade, também fundamentais para o contexto formador de Brasília.

2. Memorial da cidade: preexistências históricas e estóricas de Brasília

Como parte crucial ressalta-se aqui a condição de poder intelectual e científico de Portugal, a fim de contextualizar e ambientar ações e imbricações da nação portuguesa, juntamente com os ‘personagens’ Ângelo dos Santos Cardoso, Francesco Tosi Colombina e Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Na interpretação histórica havia, por parte de Portugal, desconforto em relação ao problema cultural de distanciamento da nação comparado a outras metrópoles europeias, “ante o quadro da miséria

intelectual, política e econômica resultante da obra purificadora” (Sérgio, 1985, p. 30). É usual para o processo explicativo que isto se deve, em boa medida, ao fato de Portugal ser um país de pouca envergadura territorial e geograficamente estreme, e ao mesmo tempo um Estado-nação, cuja identidade e interesses se construíram, em parte, por contraste com a Europa continental.

Na tentativa de amenizar maiores perdas de riquezas e poder de influência, buscou-se em Portugal, “na verdade, estrangeiros e ‘estrangeirados’ que procuraram arrancar-nos ao nosso Isolamento. Foi, em Castela, a dinastia francesa e os seus homens; e foram, entre nós, os ‘estrangeirados’ de que se serviu a vontade cega de Pombal”. (Sérgio, 1985, p. 30)

A intervenção renovadora dos estrangeirados, percebida como ajuda à estagnação científica se fez necessária, já que

Portugal e suas colônias formavam (...) um sistema fechado, em que a metrópole, parasitando, pudera viver no isolamento em relação às idéias que animavam a Europa. A grande maioria da Nação, que estava integrada nesse sistema, detestava esses homens de superior cultura, esses pioneiros de uma idéia nova, a quem apodava de ‘estrangeirados’. (...) (A estes se deveu, em suma, tudo o que se fez de bom em Portugal nos reinados de D. José e D. Maria I, e no Brasil no tempo de D. João VI). (Sérgio, 1985, p. 121).

Além disso, a carência já secular de quadros técnicos agravava-se com a Sagrada Inquisição que desmantelou o quanto havia de disponível nas escolas portuguesas, obrigando o reino a se valer de profissionais católicos de preferência de Estados italianos que não fossem filo-espanhóis. Técnicos do reino de Nápoles, como também espanhóis, franceses, holandeses e ingleses protestantes, estavam por isso excluídos. (Fontana, 2004, p. 14)

A carência de técnicos e de produção científica entre os portugueses ocasionava incômodo, pois era fato saber que a metrópole portuguesa era escassa em recursos e dependente de sua principal colônia na América. Porém, pouco se sabia sobre as riquezas e farturas no vasto e ainda desconhecido “território

brasileiro”, sobretudo nas áreas distantes do litoral, no interior do país. Lourenço resgata o período de isolamento português, dizendo ser

relativamente recente, mas inegável, constituindo quase uma fractura da nossa imagem cultural, o sentimento de exílio, de distanciamento e, sobretudo, de autêntico e mórbida complexo de inferioridade em relação a uma outra Europa que, na esteira das descobertas hispânicas, iria reforçar a sua revolução cultural - burguesia empreendedora, reforma religiosa, especialização científica – com a exploração econômica sistemática dos nossos espaços extra-europeus. A estagnação ibérica é um facto incontestável, mas só o romantismo e, sobretudo, a segunda revolução industrial lhe conferiram, no plano estritamente cultural, essa conotação deprimente, esse sentimento de desvalia que o Portugal e a Espanha dos séculos XVII e XVIII não viveram em termos de tão dramático ressentimento e hiperbólico fascínio. (Lourenço, 1988, p. 26).

O sentimento e o silêncio de desvalia que assolava Portugal foi despertado com o fim do reinado de D. João V, iniciando a regência do sucessor D. José I e de seu Secretário de Estado, passando ao posto de Primeiro Ministro, em 1750. Sebastião José de Carvalho e Melo foi condecorado alguns anos depois como o Marquês de Pombal.

Pombal foi o reformador de Lisboa, estadista de ideias progressistas, controverso, porém bastante atento às novas exigências no campo do conhecimento e responsável direto em indicar melhor rumo para o país em meio a ascensão europeia. É verdade também que Portugal já recrutava especialistas do continente europeu, antes mesmo da chegada à América. Em 1317,

o soberano português, Dom Diniz, recorreu ao almirante genovês Emanuele Pessagno e a outros oficiais da frota da República Soberba para criar a Marinha do Estado do Reino de Portugal. Em 1500, é Dom Manuel I que solicita a banqueiros e empresários privados das Repúblicas de Florença e de Gênova o co-financiamento da expedição de Pedro Álvares Cabral e das sucessivas missões navais no hemisfério Sul do Novo Mundo, comandadas,

em 1501-1502 e em 1503-1504, pelo florentino Américo Vespúcio. Nos séculos XV e XVI a Cartografia obteve expressivos avanços em decorrência da necessidade de registrar informações preciosas para os navegadores, e também assinalar em mapas as novas terras que iam sendo descobertas.

Dessa forma o Brasil foi beneficiado, muito antes da sua descoberta, com a utilização de mapas produzidos em suas diversas fases, contribuindo para formar um rico acervo integrante da Cartografia Histórica do Brasil. (Cintra & Costa, 2011, p. 02).

Nota-se que a política de conquista de territórios e o desenvolvimento da cartografia aconteceram quase concomitantemente. Do ponto de vista historiogeográfico as duas dimensões são complementares e interdependentes e têm como ponto de origem os ditames do período moderno.

É possível afirmar que a prática portuguesa em atrair estrangeiros capacitados para missões de reconhecimento geográfico e de indagação das riquezas das suas colônias, consequentemente estimulou para que Portugal encetasse os trabalhos necessários para contar com uma cartografia mais acurada e confiável. Seguindo a lógica de absorção de cooperadores estrangeiros desde o século XVI,

D. João V, Rei do império português, através de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Conde de Oeiras (06/06/1759) e Marquês de Pombal (18/09/1770), valeu-se mais uma vez dos italianos, na forma de cientistas, matemáticos, astrônomos, geógrafos, médicos e engenheiros para levantar pontos com longitude para a confecção de melhores mapas. Foi por esse motivo que vieram ao Brasil os chamados padres matemáticos, de diversas nacionalidades, com predomínio de italianos [...], mas também portugueses. (Cintra & Costa, 2011, p. 2).

Durante o comando regente do Marquês de Pombal foram produzidos muitos estudos e mapas da principal colônia portuguesa, o Brasil, com novo padrão de qualidade e complexidade. Entre os cientistas e especialistas contratados pelo então secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, sob orientação do primeiro governador de Goiás,

Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, Tosi Colombina foi enviado ao Brasil de 1743 a 1753, como oficial engenheiro militar, geógrafo, cartógrafo e projetista de estradas. É bastante provável que a indicação do genovês Tosi Combina,

tenha sido feita pelo matemático e engenheiro de Módena, Domenico Vandelli, e, com maior probabilidade, pelo geógrafo Michelangelo Blasco, para colaborar com a Corte de Lisboa na execução imediata de projetos pioneiros que abririam as portas para as grandes fronteiras ainda inexploradas no interior do Brasil colonial. (Fontana, 2004, p. 18).

Para contextualizar o fato, Maggiorotti afirma que

Para reforçar a equipe de engenheiro chefiada no Brasil por Michelangelo Blasco, foram mandados outros técnicos, dos quais se têm apenas breves informações: sabe-se assim que, entre esses técnicos, estava Francesco Tosi Colombina, que, por volta da metade do século XVIII, entrara a serviço de Portugal [...] Dele se conserva um mapa (três folhas de 0,507 por 0,717) sob o título de “Mappa do Brazil desde S. Paulo até à embocadura do Rio da Prata”, dedicado a Thomé Joaquim da Costa Corte Real. O papel manuscrito em branco e preto parece ter sido datado de Funchal, em 09 de dezembro de 1756. (Maggiorotti, 1939, *apud* Fontana, 2004, p. 16)

É interessante ressaltar que no exercício de comparação de datas, algumas confusões podem surgir e muito possivelmente diferenças entre anos, porém tratados com a margem segura de 01 a 05 anos de diferença nas datas fatais ao objeto do artigo. Na análise do seu manuscrito de 1753 entregue a coroa portuguesa, o Cartógrafo Tosi Colombina “afirma que estava no Brasil havia dez anos, portanto desde 1743. Nesse período, promoveu expedições militares que levaram sucessivamente à descoberta de ouro e diamantes em Pedras Brancas e na aldeia de Tibagi, no Paraná”. (Fontana, 2004, p. 18).

Com efeito, Francesco Tosi Colombina é personagem presente na história da cartografia brasileira, por ter sido atribuído a ele grandes descobertas e interpretações geofísicas e sociais do território,

explorando e registrando em mapas as primeiras impressões da região Centro-Oeste do Brasil. É dado a ele o postulado de primeiro realizador do mapa da Capitania de Goiás; é importante observar que este foi o sítio que deu condições para que a cidade capital do Brasil, Brasília, pudesse ser pensada, planejada e construída, mais de 200 anos após haver o primeiro levantamento geográfico e cartográfico da região central do país, propondo e sugerindo que a história da cidade seja ampliada em interpretação científica e nutrida pelo traço memorial as vezes ainda velado.

É possível crer que o cartógrafo genovês, já na época, tinha consciência de sua contribuição para a política e estratégia que seu mapa representava, pois ele,

dá uma primeira visão física e uma efetiva interpretação das dimensões territoriais do Brasil colonial na metade do século XVIII [...] Sua obra, portanto, traduz-se numa moderna descrição geofísica, geoeconômica e geoadministrativa do Brasil da época, tendo como fulcro o sítio topográfico que corresponde hoje à região de Brasília e do Distrito federal. (Fontana, 2004, p. 22-23).

Ao retomar a história inicial sobre os reais interesses da coroa portuguesa e da criação do primeiro mapa da Capitania de Goiás, com o intuito de conhecer, ocupar e dominar as riquezas das paisagens brasileiras, além de oferecer

ao governo colonial um sistema de transporte terrestre de minérios e pedras preciosas, a ser integrado ao sistema de transporte fluvial, permitindo assim o fluxo das riquezas minerais do interior do Brasil para portos no Atlântico. [...] Convém, todavia, considerar que não interessava ao Governo colonial facilitar meios de transporte, tendo em vista o contrabando de ouro e diamantes já então praticado em larga escala naquelas vastas regiões. (Fontana, 2004, p. 23).

No decorrer do assunto é notória a contribuição do avanço cartográfico no Brasil e para a metrópole portuguesa, motivada pela participação estrangeira de Tosi Colombina. Interpreta-se na análise que Portugal em muito se beneficiou com a política iluminista do Marquês, buscando conhecer, de fato,

o território colonial a ser consumido e melhor cuidado. Além de cumprir a meta de reformular e reconstruir a capital Lisboa, assegurando para todo reino, o controle das riquezas e das decisões do Brasil, “atendendo às exigências de organização e de estabilização da economia da exploração minerária e da colonização sistemática dos novos territórios do Brasil, conforme diretrizes da Reforma Pombalina”. (Fontana, 2004, p. 23).

Como hipótese geral, se destaca o estratégico ato conduzido pelo Marquês de Pombal em fomentar a pesquisa de campo e a confecção de mapa no espaço central do Brasil, como ato político de séculos atrás, pioneiro em fundamentar estudos científicos na região central do Brasil, visto na pesquisa como fluxo geográfico científico inspirador do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior brasileiro, contribuindo para o contexto memorial e geohistórico da criação da cidade de Brasília, ampliando assim, seu referencial histórico enquanto totalidade espacial dinâmica.

Também, se confirma como verdade para o artigo que a cartografia foi o elemento e ferramenta “geo-científica” responsável por iniciar na região central do Brasil o conhecimento real e empírico da paisagem, introduzindo assim, o pioneirismo da pesquisa em campo, sendo objeto de referência para a ciência geográfica e para o reconhecimento e análise local, possibilitando, a muito tempo depois, a implantação da moderna capital Brasília, hoje tombada como patrimônio mundial da humanidade, justamente por sua complexidade moderna.

O pioneirismo e a sustentação da ideia de transferência da capital colonial para o interior do Brasil são ainda fatos abertos na história de Brasília e do Brasil, dando a cidade uma vaga impressão memorial e científica, ainda amarrada em subjetividades e mitos políticos. Parecendo ser somente fruto da idealização política local e ainda, completamente desassociada ao contexto geográfico internacional no acúmulo do tempo.

Para corroborar o anseio da pesquisa, sintetizando a missão atribuída a Tosi Colombina no Brasil é fundamental reconhecer, respondendo nossa hipótese, que talvez seja esse o ponto histórico matriz, que lança a origem da ideia de transferência e construção da capital da colônia no interior do Brasil, pois “conceitualmente, a primeira ideia profética, o apoio técnico e a sugestão ao Reino português da necessidade de interiorizar a capital

do Brasil colonial, deslocando-a do Rio de Janeiro para o interior da grande colônia americana”. (Fontana, 2004, p. 36).

É fundamental ressaltar que o nascimento da cartografia explicitando as características da região, além de servir como ferramenta de auxílio para o desejo de domínio do colonizador, permitiu claramente, planejamentos e ocupações confiáveis, evitando maiores despesas e prejuízos para Portugal. Também serviu como mola propulsora para a saída da inércia do desenvolvimento cartográfico local, como o amparo geográfico determinante e fundamental para a ocupação do interior do território brasileiro.

O auxílio cartográfico indicado no mapa de Tosi Colombina, entregue em 06 de abril de 1751 ao governador da Capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, foi considerado eficiente e detalhista em informes físicos necessários e ideais para o objetivo de ocupação maiores com características urbanas avançadas, visto que

As informações detalhadas e pioneiras, contidas em seu primeiro mapa, proporcionaram a Lisboa a motivação lógica para transferir, do Rio de Janeiro para o interior, a capital da colônia, para lá onde nasciam e nascem os grandes sistemas hídricos brasileiros. Desenhou substancialmente o que se define como o escudo hidrogeológico do Planalto Central Brasileiro, a 1200 metros do nível do mar. (Fontana, 2004, p. 36).

Sofrendo o impacto da busca de signos no tempo, a pesquisa se fortalece como peça arqueológica, colando fragmentos de fatos e fatores históricos contribuidores para responder as nossas questões iniciais e também, servir como ferramenta para pesquisas futuras, a fim de propor e contribuir para elevar o debate sobre a cidade de Brasília, tendo como princípios norteadores a Geografia e a História como ciências complementares.

Para referendar a imbricação do contexto geohistórico/memorial defendido no artigo, considerando a história da cidade de Brasília associada aos avanços da sociedade em tempos diversos, faz-se necessário identificar aqui o sítio urbano que a cidade de Brasília ocupa atualmente. Por representar em

localização o recorte exato identificado em mapa, já no século XVIII, em 1751, assinado por Francesco Tosi Colombina.

É interessante perceber que umas das principais informações geográficas definidoras para impulsionar a transferência e a construção de Brasília foi justamente a satisfatória explicação sobre a fatura do sistema hídrico do lugar. Informação essa já disponibilizada no primeiro mapa oficializado da região detentora do sítio de acento da capital do Brasil, oficializado em uma primeira análise como sendo de Tosi Colombina. Serviu de modelo e guia interpretativo geográfico da região de Goiás para outras expedições de especialistas que seguiram, ao longo do tempo, com o objetivo em transferência da capital para o interior do país.

Vale ressaltar que mesmo 143 anos após o primeiro mapa da Capitania de Goiás ser entregue ao governador da região, seguindo ordens e orientação da coroa portuguesa, foi ele o ponto científico inspirador e norteador para novos estudos na área pretendida. Em 1894 um dos participantes, o especialista, médico da Expedição Cruls, apresentou relatório indicando a localização da área para a construção de Brasília, relatando a importância e a disposição que Tosi Colombina desempenhou sua missão para Portugal e para o Brasil. Para ele, Tosi

Era considerado como homem de ideias revolucionárias e brilhantes, por haver concebido aquela estrada carroçável, ou seja, para veículos de rodas, que ligaria Santos a Cuiabá, portanto, da costa atlântica brasileira ao Mato Grosso, onde novas trilhas estavam sendo abertas pelos bandeirantes, ou seja, bandos de aventureiros armados que agiam como exploradores e conquistadores privados contra índios e jesuítas em áreas desconhecidas, contestadas ou claramente pertencentes ao domínio espanhol. (Fontana, 2004, p. 26).

Na análise dos fatos, apesar de tardio, é justíssimo reconhecer e apropriar da importante contribuição dos estudos cartográficos na Capitania de Goiás para a evolução urbana em direção ao interior do território brasileiro, reconhecendo na figura do genovês Tosi Colombina um personagem determinante para a geografia do Brasil e de Portugal. E assim,

consequentemente, como estudioso e pesquisador de enorme importância e envergadura para o contexto memorial e geohistórico da cidade de Brasília.

Porém, com o intuito de nutrir o assunto buscando ampliar o referencial histórico que impulsionou o pensamento de transferência da capital brasileira, é legítimo apresentar a participação e contribuição do pesquisador, geógrafo e cartógrafo, português, Ângelo dos Santos Cardoso, como um dos expoentes e pioneiros da cartografia do Brasil Central, atendendo também, as ordens estratégicas da coroa portuguesa, sendo ele um importante secretário da capitania goiana e auxiliar direto do governador Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, além de influente agente fidedigno do Rei e do Marquês de Pombal.

Sobre a indicação e posse de Sebastião José de Carvalho e Melo, o influente secretário e compatriota, parabeniza em carta do século XVIII, em pleno interior do sertão brasileiro.

vou por Letra aos pés de Vossa Excelência; ainda que a minha mayor fortuna, e honra seria fazelo pessoalmente, estribado sempre porem naquele/profundo respeito, e acatamento, que á de tempo tão antigo traz a origem, que/objectivamente tive, e devo à Sua Excelentíssima Pessoa; mas sempre com a Sustada, e duvidosa resolução, de que me seja contada por temeridade esta determinação; eu/ative quando soube a estimável, agustoza noticia, de dar a Vossa Excelência o parabéns/por carta, da acertadissima eleição que o nosso soberano fizera de nomear/a Vossa Excelência seo Secretário de Estado, emprego ainda que infeior aos altos merecimentos de que Vossa Excelência se orna, sempre venturozo para a Monarchia, de ter hum Ministro tão destinto que a derija. (Arquivo Histórico Ultramarino *apud* Vieira Júnior; Schelee & Barbo, 2010, p. 1945).

Tem início o ofício que o secretário de governo da capitania de Goiás, o português Ângelo dos Santos Cardoso enviou a Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado (1750), o futuro Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769). O Registro documental, que compõe o acervo referente à Capitania

de Goiás, está guardado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e tratando-se de relatório sobre a região, escrito em 1755.

Cumprindo a missão de informar, dentre outras coisas, o registro documental

menção os aspectos gerais da ocupação e formação territorial, os problemas existentes, comenta sobre a povoação e a participação eclesiástica. A elaboração de relatório sobre a capitania cabia ao secretário de governo, funcionário nomeado pelo rei, geralmente bacharel, que assessorava diretamente o governador, sendo responsável pelos trâmites burocráticos do governo, ou seja, toda a documentação emitida e recebida pela autoridade administrativa da capitania. (Vieira Júnior, Schlee & Barbo, 2010, p. 1946).

Com o objetivo de lançar luz a personagens velados e pouco valorizados na memória da ocupação do interior brasileiro, cumpre-se aqui a satisfação científica e histórica, contextualizando, para o Brasil, Portugal e Brasília, a importância e o legado do agente português.

Ângelo dos Santos Cardoso, dirigiu-se provavelmente à região de Goiás entre os anos de 1745 a 1749, cumprindo ordens do Rei José I, acompanhando o governador D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, o primeiro a exercer o cargo na recente capitania independente de São Paulo. Ângelo foi nomeado secretário do governo, integrando a comitiva principal do novo governador. Chegou à capital Vila Boa, hoje Goiás Velho no dia 6 de novembro, onde redigiu o termo de posse em cerimônia realizada dois dias depois.

Assim,

Aos 8 dias do mês de Novembro de 1749, nesta vila Boa de Goiás, nas casas da câmara dela, na presença do senado da câmara da mesma vila e povo dela, sendo aí lida a patente real com que S. M. faz e nomeia governador e capitão-general destas minas ao Ilm.o Exm.o Sr. D. Marcos de Noronha, em virtude de que tomou posse do mesmo governo. De que fiz este termo, em que assinaram o dito Ilm.o Exm.o Sr. governador e capitão general e oficiais da câmara. - E eu Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do governo, o escrevi e assinei. - D. Marcos de

Noronha. - Ângelo dos Santos Cardoso. - Agostinho Luiz Ribeiro. - Manoel da Silva. - Inácio Barbosa da Silva. - João Ferreira Barros. (Alencastre, 1979, p. 88).

Nota-se que, quando Ângelo dos Santos Cardoso escreveu o relatório em 1755, já se encontrava no sertão goiano há seis anos. E nesse tempo já havia percorrido a capitania de modo a construir suas impressões. O geógrafo português menciona em documento, que

Conheceu um especialista em cartografia, cujo nome não cita, que teria viajado pela capitania e elaborado a primeira representação cartográfica de Goiás, com os arraiais e os caminhos. Ângelo Cardoso atesta ainda que o mapa foi enviado em 12 de maio de 1750 ao diplomata Alexandre de Gusmão, certamente com o objetivo de fornecer informações sobre as ocupações ocidentais da colônia, principalmente àquelas situadas além do Tratado de Tordesilhas. A ampliação do conhecimento geográfico da colônia ajudava a garantir os interesses de Portugal diante da Espanha, principalmente quando se tratou da demarcação dos limites coloniais na América do Sul durante a articulação do Tratado de Madri, assinado em 1750. (Vieira Júnior et al., 2010, p. 1946).

O amparo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa brindou a pesquisa em registro documental, em um hipotético encontro entre dois dos três personagens que são objeto do artigo proposto. Acredita-se ser uma prova de que os pesquisadores foram contemporâneos em seu tempo e muito possivelmente foram parceiros complementares de seus trabalhos individuais. Prosseguindo em seu relatório, Ângelo dos Santos Cardoso menciona a presença na Capitania de Goiás do cartógrafo, engenheiro e geógrafo Francesco Tosi Colombina. Assim, esclarece Bertran que “Colombina era um entre tantos outros italianos que trabalharam para Portugal com o objetivo de propor mudanças estruturais na colônia, e que, oportunamente, passaram a tentar enriquecer no Brasil”. (Bertran, 2000, p.56). Ao serviço do Conde dos Arcos, Tosi Colombina chegou a Goiás, encarregado de levantar informações sobre a capitania e

a registrar em um mapa, tarefa que realizou e entregou ao governador em 6 de abril de 1751. Portanto, o Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás feito pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina, foi elaborado um ano depois do mapa enviado por Ângelo Cardoso (Vieira Júnior et al., 2010, p. 1946).

Para confirmar o fato, Ângelo dos Santos Cardoso relata que, Colombina, sabendo da existência do mapa da capitania de Goiás, solicita uma cópia a ele. Tal momento pode ser interpretado como o ponto de busca empírica, mostrando ser esse o pico histórico ainda a ser compreendido. Em documento, relata o português Ângelo que

Na mesma conjuntura que eu cheguei a esta Vila/Em companhia do Senhor General Gomes Freire de Andrada, também veyo hum Italiano/por nome Francisco Tosi Columbina, na cometiva do ouvidor/novo Agostinho Luiz Vieira, que Vinha então para esta Comarca; o qual/ Columbina dahy a quazi hum anno, foy em companhia do mesmo Ouvidor correr/a Comarca; e levou ordem do Senhor Conde dos Arcos General desta Capitania, para hir observando as alturas dos Arrayaes, e situações da mesma Comarca; pela curiosidade que se lhe descubrio, de ser enfarinhado em Geografia; pedio-me o referido Columbina, a cópia do Mapa, que eu já antecedentemente/tinha na mão, de que havia remetido o original para a Corte a Alexandre de Gusmão, e dele se vales para formar outro com pouca diferença, excepto em alguma exacção das alturas dos grãos, em que ficavão os Arrayaes, e algum rio, ou citio que descobrio de novo; este Mapa que fez o tal Italiano, seria vezivel a Vossa Excelência; o que talvez não escaparia à Sua penetrante prespicacia, se por acaso o conversou, que Columbina peca alguma coiza em visionário. (Arquivo Histórico Ultramarino, 2018, pp. 02-03)

Vê-se que a solicitação de Tosi a Ângelo foi prontamente atendida pelo secretário de governo da capitania. Tal ação nos leva a interpretar que o mapa oficial reconhecido de autoria de Tosi, foi realizado através de uma reprodução ou cópia do documento anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão por Ângelo dos Santos Cardoso.

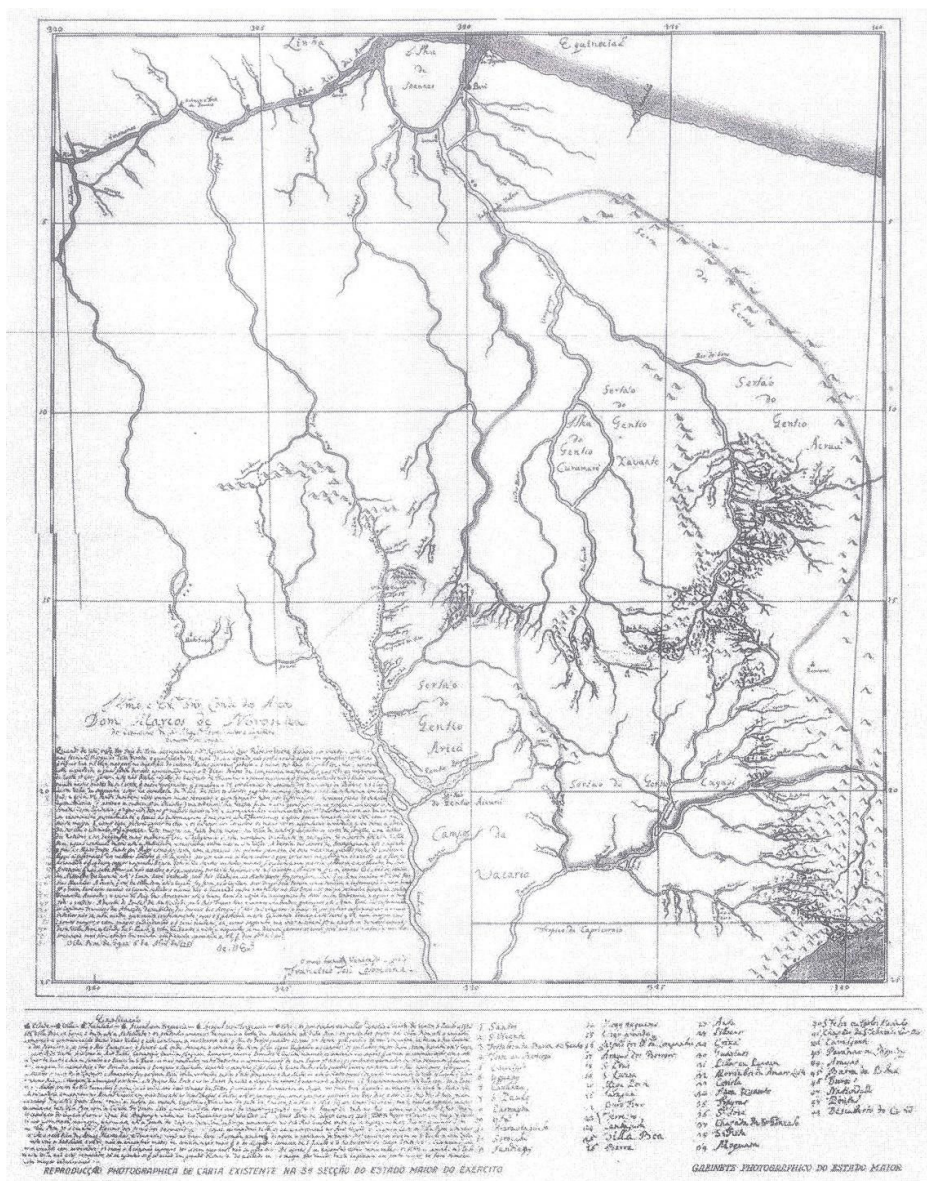


Figura 1
O mapa oficialmente reconhecido como o pioneiro da cartografia na região, Mapa dos Goyases, Tosi Colombina, de 1751.
Fonte: COLOMBINA. *Mapa Geral da Capitania de Goiás*. 1751.
Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 53,5 Cm x 77 Cm. Arquivo Histórico do Exército.

No contexto interpretativo do assunto imagina-se que o genovês se lançou em viagem de reconhecimento pela Capitania de Goiás, coletando informações de viajantes e sertanistas, tendo como base para sua orientação, além de seus conhecimentos pessoais, possivelmente o mapa esboçado por Ângelo dos Santos Cardoso.

O mapa assinado por Tosi Colombina, de 1751, (Figura 01 e depois ajustado Figura 03), é considerado e reconhecido pela historiografia como a primeira representação cartográfica do atual estado de Goiás, confrontando fatos históricos legítimos e comprovados, como sugere o relatório atribuído a Ângelo dos Santos Cardoso (figura 02), encontrado em acervos



Figura 2

'O Primeiro e mais ajustado' Mapa dos Goyases, de 1749 - 1750, atribuído ao português, Ângelo dos Santos Cardoso. Fonte: *Mapa da Capitania de Goiás*. "O primeiro e mais ajustado que la apareceo ate aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuicao desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o camo. que vem da Vila de Santos a esta capital e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da Madeira, té o do Amazonas". 1750. [ca. 1: 4.750.000]. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 62 x 50 Cm. Mapoteca do Itamaraty. (Texto transcrito do próprio documento).

documentais da Biblioteca Nacional do Ministério das Relações Exteriores e do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Assim, nos parece que

o relatório de 1755, elaborado por Ângelo dos Santos Cardoso, sugere a necessidade de um reexame das interpretações produzidas. O documento traz novas possibilidades, pontua

novas descobertas e indica novos esclarecimentos. O primeiro questionamento que deve ser feito é: Onde estaria o primeiro esboço cartográfico da capitania de Goiás? E o mapa que Ângelo Cardoso enviou a Alexandre Gusmão? (Vieira Júnior et al., 2010, p. 1946).



Figura 3

O Primeiro e mais ajustado', de 1749 - 1750, atribuído ao português Ângelo dos Santos Cardoso, já com a indicação do sítio do futuro DF do Brasil.

Fonte: Ângelo dos Santos Cardoso, *Mapa da Capitania de Goiás*. "O primeiro e mais ajustado que la apareceo ate aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebução desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o camo. que vem da Vila de Santos a esta capital e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da Madeira, té o do Amazonas". 1750. [ca. 1: 4.750.000]. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 62 x 50 Cm. Mapoteca do Itamaraty. (Texto transcrito do próprio documento).

Compreende-se que era de importância estratégica para Portugal conhecer e dominar as características e riquezas naturais da principal colônia, interessado em descrever as possibilidades da paisagem cartografada, bem como a estrutura da

ocupação colonial necessária à Coroa. Este hábito já era exercido desde o século XVI, pela prática da sistemática atualização das cartas- padrão, onde os

cartógrafos, durante as viagens, registravam os aspectos geográficos gerais, como: hidrografia, caminhos, rotas, portos, ocupações humanas e outros.

Dessa forma, para referendar a importância dos pesquisadores estrangeiros no Brasil, o artigo reconhece que o mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, elaborado pelo geógrafo italiano, em 1751, é considerado pela historiogeografia como o pioneiro documento a mostrar os limites de Goiás, impactando diretamente em transformar a região em capitania em 1748. Data que pode indicar a existência de um mapa anterior atribuído oficialmente a Tosi Colombina. No confronto de ideias e documentos,

Quanto ao fato de ser consagrado por diversos historiadores como o primeiro mapa da Capitania de Goiás, não se pode desconsiderar o ofício do português Ângelo dos Santos Cardoso enviado ao Marquês de Pombal, em 1755, e que contradiz a versão usual. Cardoso informou ter repassado a Tosi Colombina, a pedido, cópia de seu mapa da Capitania de Goiás, cujo original havia anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão. (Vieira Júnior et al., 2010, p. 1946).

O percurso histórico que interliga os personagens, objeto do artigo, responsáveis pelo desenvolvimento cartográfico da região, levanta ainda dúvidas e requer confirmações referente ao seu pioneirismo, enquanto realizadores do primeiro ensaio de mapa para a região central do Brasil.

Porém, como esse não é o objetivo do artigo, ressaltamos e percebemos que a contribuição e a importância dos pesquisadores, geógrafo e cartógrafo, Ângelo dos Santos Cardoso e Francesco Tosi Colombina, vão muito além do simples fato em confirmar quem foi o 'primeiro' a cartografar a região, com a clara missão em interpretar e ocupar a paisagem central do território brasileiro. E sim pelo considerável fato em reconhecê-los como propulsores para o advento da cartografia na região e no país, contribuindo para a leitura e interpretação da geografia local e sobretudo por apresentar e consolidar a cartografia como elemento geográfico fundante e fundamental para o conhecimento, ocupação e exploração das paisagens, fomentada pelo principal método de análise espacial, a pesquisa de campo. Segue assim, indicação do infográfico geohistórico (Figura 04).

3. Fatores e razões para a possibilidade estratégica do pensamento em transferir a capital do Brasil para o interior da nação, pelo Marquês de Pombal

O Marquês de Pombal transformou-se na maior figura do império português, devido ao seu desempenho na condução da reconstrução de Lisboa, abalada por um terremoto seguido de maremoto, em 1755. A sua disposição e pronta ação o credenciou a receber a total confiança do rei D. José I, que o havia nomeado como Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, tendo a complexa missão em reconstruir a capital e reorganizar fluxos de desenvolvimentos à toda a nação.

O trabalho de recuperação da cidade e de reestruturar o império seria uma tarefa árdua, já que o ouro brasileiro minguava, devido ao desleixo e falta de cuidado com as riquezas da principal colônia portuguesa, o Brasil. Na concepção de Pombal, era necessário que a colônia superasse a casta de nobres e a existência da poderosa ordem religiosa dos jesuítas.

Para Sebastião José de Carvalho e Melo, a destruição da capital portuguesa deu a ele

a oportunidade de transformar Lisboa numa cidade moderna, depois de recusar imediatamente a proposta de abandonar a cidade e fundar uma nova capital, mais a norte. Menos de um ano depois, parte da cidade estava já reconstruída, embora a reconstrução total se prolongasse pelas próximas décadas. A Baixa Pombalina, com as suas linhas de edifícios e ruas em grelhas perfeitamente definidas e planeadas, é ainda hoje a maior marca da baixa lisboeta. Além disso, os novos edifícios construídos foram concebidos para aguentar futuros sismos, tornando-se os primeiros edifícios com construção antissísmica do mundo. (Calandrelli II, 2015, online).

Pela sua rapidez na reação e total dedicação à causa do Rei D. José I, que sempre o apoiara, mostrando satisfação e espanto com as capacidades do seu ministro, concede-lhe novos poderes, transformando-o em algo parecido com o que muitos definiriam, em pouco tempo, como um "ditador". Dentre as inúmeras dificuldades de Portugal, durante

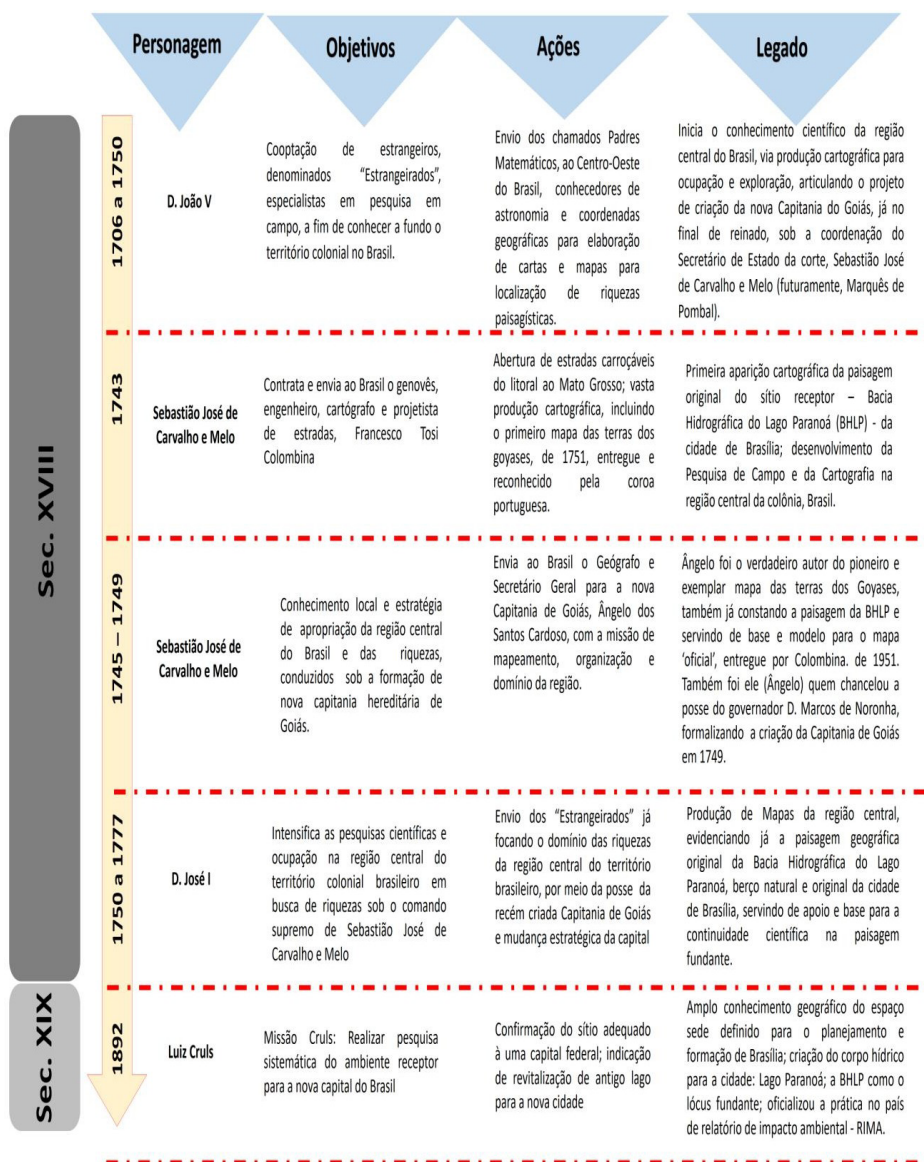


Figura 4

Infográfico Geohistórico do Espaço Sede: BHLP Paisagem Original de Brasília — Distrito Federal.

Fonte: elaboração própria.

o período de reconstrução, destaca-se o desespero da tentativa do Marquês em querer tornar o país em uma nação dedicada às ciências mecânicas, visando avançar tecnologicamente e assim, direcionar maior aproximação aos vizinhos que já apresentavam superioridade nesse campo. Com efeito,

a política de dar imensos subsídios, ao longo de vinte anos para que emergisse entre a sua gente um parque manufatureiro, sofreu rotundo

fracasso. Os lusos, sem demonstrar nenhuma inclinação pelas coisas da técnica — disponível entre os ingleses — estavam condenados à lavoura, à marinhagem ou ao sacerdócio, não ao mundo da ciência e dos grandes empreendimentos fabris. Esta foi a principal razão, de exclusivo motivo cultural, para a ausência lá de uma sociedade voltada às coisas do engenho tecnológico e do moderno consumo, como ocorreu nos anos seguintes no restante da

Europa. Portanto, foram de menor monta os possíveis impedimentos do Tratado de Methuen, assinado em 1703, que desestimulava a indústria de panos em Portugal, forçando-os a importá-los da Inglaterra (Calandrelli II, 2015).

Em relação ao Brasil, a administração colonial devia ter sempre como meta a geração de riquezas para a metrópole. Esse princípio não mudou sob a administração de Pombal. O regime de monopólio comercial, por exemplo, não só se manteve como recrudescceu. Foi inclusive acentuado para se obter maior eficiência para a administração colonial.

Muitas são as razões para que a nação portuguesa olhasse com preocupação para o desconhecimento das potencialidades dos domínios coloniais da Coroa. É que tal descuido poderia acenar e representar, para outras potências de exploração colonial, desinteresse, incompetência administrativa, revelando fragilidades diversas aos concorrentes vizinhos, podendo atrair conflitos de interesse, notórios combates e, conseqüentemente, perdas territoriais e de riquezas naturais diversas.

Vale acrescentar que, no período vigente, predominavam antagonismos e disputas, especialmente com Espanha, ainda reflexo da divisão da América colonial, definida pelo Tratado de Tordesilhas, em 1492. Nesse contexto, a política de ocupação do território em direção às proximidades da linha imaginária de Tordesilhas eram fundamentais e estratégicas para responder aos anseios da corte. Inibir a aproximação da concorrente Espanha era o objetivo e maior preocupação, justificando a necessidade de conhecer e apropriar-se dos espaços a Oeste do território colonial, a fim de credenciá-los definitivamente como posse de Portugal.

Assim como já apresentava de forma clara a dependência dos recursos produzidos no Brasil, visto como impulsionador para os anseios do desenvolvimento de Portugal. Portanto, conhecer o ambiente natural e suas possibilidades era o desejo de primeira ordem.

É correto afirmar que foi o Marquês de Pombal quem intensificou a primeira abertura de Portugal à cultura europeia, recebendo influência tanto do Iluminismo, como da filosofia e das Letras, quando criou o grupo dos ‘estrangeirados’, ou seja, aqueles que se identificavam e estavam em sintonia com a nova mentalidade em busca de conhecimento, originando a nova ordem moderna no velho continente.

Antecipadamente, os monarcas portugueses perceberam a importância estratégica em buscar pela correta informação da detalhada representação das condições geográficas dos territórios pertencentes aos seus domínios. Com efeito, reconheceram que a ascensão portuguesa dependeria das riquezas extraídas de terras longínquas, ou seja, buscar “o necessário conhecimento sobre o espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial” (Moraes, 2005, p. 51).

Já por volta de 1417, semelhante objetivo estratégico de dominação territorial, havia sido gizado pelo “Infante D. Henrique (1394-1460) que criou em Sagres, no sul de Portugal, e em Lagos, Nigéria, centros de coleta de informação a respeito do conhecimento náutico e centros de coleta de informação a respeito do conhecimento náutico e cartográfico” (Moraes, 2005, p. 51).

A informação exata que se exigia dos exploradores nos centros de coleta de informações, fez com que a ciência cartográfica evoluísse em qualidade, atingindo considerável nível de precisão, inacreditável para a época. Este avanço científico contribuiu para alavancar a série de descobrimentos e a decorrente constituição do império português. Da simples descrição dos roteiros costeiros passou-se a produzir documentos espacialmente abrangentes, de leitura e interpretação mais complexas, como as cartas de navegação e mapas.

No caso do Brasil e, particularmente da região central do país, onde se localiza o quadrante ideal e adequado para receber a capital federal os limites e as divisas territoriais representadas nos mapas, sempre seguiram os preceitos de interesses do Império lusitano na sua principal colônia nas Américas, uma vez que

nasceram antes da constituição do povo e tornaram-se elementos para fundar um povo. Aqui as fronteiras foram geradoras do povo brasileiro e os mapas foram importantes elementos para referendar esse processo. Dessa forma, a cartografia do território da América portuguesa pode ser considerada a certidão de batismo do povo brasileiro. Como toda certidão de batismo – que vem antes de a criança ter

consciência de uma identidade e história pessoal — aqui o mapa batizou um povo e influenciou seu crescimento, forma identitária e sua territorialidade. (Silva, 2018, p. 13)

Vale, por isso, a reflexão de que é possível compreender que, no caso específico do interior central do Brasil, a perspectiva da leitura espacial do ambiente, possibilitou a análise da paisagem através da cartografia nas preexistências de Brasília, mostrando que, do território gerado pelo mapa contribuiu para a formação identitária brasileira no centro regional da nova nação que se consolidava.

Assim sendo, percebe-se no decorrer do tempo, desde o século XVIII, que o conhecimento da paisagem local ganhara densidade empírica, com o mapeamento da região, já seguindo o fluxo científico geográfico, contribuindo, assim, para novos estudos e para a apropriação do espaço nas novas terras de Goiás. De certo modo, a cartografia produzida localmente, de intenção portuguesa, antecipou a ocupação colonial no centro do Brasil, gerando o território da Capitania de Goiás, base natural e sede da paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, reconhecida na pesquisa como proeminência geográfica da paisagem original referência para assentar o projeto urbanístico moderno para a criação da nova capital.

4. À guisa de conclusão

Para referendar as hipóteses do artigo, é fato que alguns estudiosos do assunto afirmam que Tosi Colombina é considerado por muitos como o autor do primeiro mapa cartográfico da Capitania de Goiás. Cintra e Costa enfatizam que “não há dúvidas ter sido ele o primeiro a enxergar as vantagens de uma longa estrada, ligando as regiões mais afastadas do Oeste brasileiro até ao Porto de Santos” (Cintra & Costa, 2011, p. 5) e acrescentam ainda que “Embora seu projeto não tenha dado certo, a sua ideia e o seu mapa teriam influenciado estadistas europeus, como o Marquês de Pombal e Lord Pitt, os quais por outras razões teriam pensado na criação de um grande império sulamericano com uma capital no interior do país” (Cintra & Costa, 2011, p. 5).

De notar que a tese apresentada sobre a influência dos estudos cartográficos da capitania de Goiás sobre “estadistas europeus, como o Marquês de Pombal”, além de realçar o fato de o mapa de Tosi

já indicar as nascentes do Planalto Central do Brasil, pode funcionar como um basilar indicativo de possibilidade de instalação de uma capital sob os domínios coloniais.

Mesmo com escassa literatura produzida sobre o assunto, já é de conhecimento geral que existiram outras cartas e mapas anteriores ao do genovês Tosi Colombina produzidos na região central da colônia. Dessa forma, é intenção do artigo contribuir para lançar luz sobre a participação do pesquisador português Ângelo dos Santos Cardoso, emissário da Coroa portuguesa, que teve a nobre missão de conhecer a geografia do interior brasileiro, para assim, analisar e fundar em 1749, a Capitania de Goiás, ocupando o cargo de secretário e de primeiro auxiliar do governador local.

Mesmo sendo de caráter tardio, é necessário e justo reconhecer, à luz da pesquisa, a contribuição de Santos Cardoso como personagem de relevância geohistórica para o contexto memorial de transferência da capital do Brasil para o interior brasileiro e, conseqüentemente, para o planejamento e formação da cidade de Brasília-

Na análise dos fatos, o artigo contempla a busca por nosso objetivo principal que é de interpretar a estratégica participação do Marquês de Pombal, já no século XVIII, por sua ligação com os cartógrafos Ângelo dos Santos Cardoso e Francesco Tosi Colombina, responsáveis diretos por pesquisarem e realizarem os primeiros mapas da Capitania de Goiás (ver anexo D), sítio que sediou a construção de Brasília há mais de 200 anos, após a inspiração estratégica da corte colonial. Reconhece-se, assim, a origem e evolução dos estudos cartográficos, como elemento científico basilar e fundamental para o conhecimento espacial e geográfico do Centro-Oeste brasileiro.

O artigo acolhe também as hipóteses apresentadas, identificando o ato estratégico político de séculos passados, conduzido pela Coroa portuguesa, na figura do Marquês de Pombal, a fim de pesquisar, conhecer e apropriar do campo do Centro-Oeste brasileiro, que resultou no fluxo inspirador para a condução do pensamento em transferir a capital brasileira para o interior. Isto contribuiu, assim, para o contexto da geohistória da criação da cidade de Brasília, ampliando seu referencial histórico-científico, enquanto totalidade espacial.

Também se confirma como verdade possível a premissa de que é necessário perceber que a cartografia desenvolvida no Centro-Oeste do país é o

elemento geográfico científico responsável por iniciar na região o conhecimento real e empírico da paisagem. Introduzindo assim este pressuposto, o pioneirismo da pesquisa em campo, objeto de referência para o reconhecimento e análise local, serve de base a novas pesquisas, possibilitando após muitos anos, a implantação da moderna capital Brasília, interligando todo o país à região central do Brasil, até então de pouquíssima representatividade para a nação.

A escolha de uma linha de estudo interdisciplinar nos orientou enquanto prática metodológica, reconhecendo a importância fundamental da cartografia e da pesquisa em campo para o conhecimento geográfico, enquanto ferramentas de reconhecimento do espaço e das paisagens. Procurámos cumprir, de forma complementar, a análise geográfica necessária para o contexto e contribuição científica para a formação urbana da capital Brasília, hoje tombada como referência de Patrimônio Cultural da Humanidade, por sua complexidade moderna.

Bibliografia

- Alencastre, José Martins Pereira (1979). *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, [1863]. Arquivo Histórico Ultramarino (2018). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740.
- Arquivo Histórico Ultramarino (2018). AHU_ACL_CU_008, Cx. 8, D. 554. Cx. 6, D. 429.
- Arquivo Histórico Ultramarino (2018). AHU_CARTm_008, D. 0866 / D. 0867. Lisboa: AHU.
- Bertran, Paulo (2000). *História da Terra e do Homem no Planalto Central*: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador. Brasília: Editora Verano.
- Calandrelli II, Stanilaw (2015). Marquês de Pombal, um Pedreiro Iluminista. GGN: o Jornal de os Brasis. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/historia/marques-do-pombal-um-pedreiro-iluminista/>. Acesso em: 10 set. 2020.
- Cardoso, Ângelo dos Santos (1750). Mapa da Capitania de Goiás. O primeiro e mais ajustado que lá parece até aquele tempo, e o menos distante da verdade da distribuição desta Comarca, e se os Arrayaes, mostrando o cam.o. que vem da Vila de Santos a esta capital e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da Madeira, até o do Amazonas. [ca. 1: 4.750.000]. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 62 x 50 Cm. Mapoteca do Itamaraty. (Texto transcrito do próprio documento)
- Colombina, Francisco Tosi (1751). Mapa Geral da Capitania de Goiás. Manuscrito. Desenho em Nanquim. Dimensões: 53,5 Cm x 77 Cm. Arquivo Histórico do Exército.
- Cintra, Jorge Pimentel & Costa, Graciete Guerra da (2011). O mapa de Goiás de Tosi Colombina e o mapa das cortes. In: Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia histórica, 4., Porto. *Anais [...]*. Porto: s. n., ISBN 978-972-8932-88-6.
- Costa, Maria Elisa (2017). Para entender o tombamento de Brasília e a portaria 314 do IPHAN. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal*. Goiânia: Editora Kelps.
- Costa, Lucio (1991). *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: CODEPLAN/DEPHA.
- Costa, Lucio (1974). Considerações em Torno do Plano Piloto de Brasília. Brasília. In: *Seminário de Estudos Humanos de Brasília*, 1., Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Gráfica do Senado Federal.
- Fontana, Ricardo (2004). *Francesco Tosi Colombina*: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII. Brasília: Editoria Charbel.
- Lourenço, Eduardo (1988). *Nós e a Europa ou as duas razões*. 2ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Maggiarotti, Leone Andrea (1939). *Gli architetti militari italiani nella Spagna, nel Portogallo e nelle loro colonie*. Roma: La Libreria dello Stato.
- Moraes, Antônio Carlos Robert (2005). *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- Oliveira, Tony Marcelo Gomes (2007). *A Erradicação da Vila do IAPI*: marcas do processo de formação urbana de Brasília. 136 f. : il. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Ramos, Vera (2017). Você conhece Brasília? *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal*. Goiânia: Kelps.
- Sérgio, Antônio (1985). *Breve interpretação da história de Portugal*. 12. ed. port. Lisboa: Livraria Sá de Costa Editores.
- Silva, Elias Manoel & Vieira Júnior, Wilson (org.) (2018). *GOYAZ*: Guia de Cartografia Histórica. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.
- Vieira Júnior, Wilson Jardim, Schlee, Andrey Rosenthal & Barbo Leonora de Castro (2010). Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? In: *Congresso Brasileiro de Cartografia*, 24., (pp.1944-1953). Aracajú. *Anais [...]*. Aracajú: SBC. Tema: Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial.

